

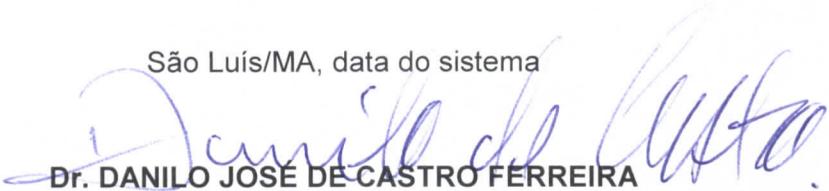
## ATA DE REUNIÃO

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h00 (quatorze horas), na sala de videoconferência, situada no 7º andar do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís/MA, reuniram-se os membros da Comissão de Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Maranhão, constituída pela Resolução nº 26/2024-CSMP e alterações posteriores. Presentes o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Danilo José de Castro Ferreira, os Procuradores de Justiça Dr. José Antonio Oliveira Bents e Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa, o Advogado Dr. Pedro Eduardo Ribeiro de Carvalho, representante da OAB/MA, como membros titulares; os Promotores de Justiça Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos e Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, como membros auxiliares. Ausentes o Procurador de Justiça Dr. Marco Antônio Anchieta Guerreiro e o Juiz de Direito Dr. Francisco Soares Reis Júnior, representante do TJ/MA, ambos membros titulares, a Procuradora de Justiça e Corregedora-Geral do Ministério Público, Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, os Procuradores de Justiça Dr. José Henrique Marques Moreira e Dr. Paulo Silvestre Avelar Silva, os três últimos membros suplentes, justificadamente. Participaram, ainda, da reunião, por videoconferência, a representante do Instituto AOCP, Sra. Mayra Bassi, Gestora de Projetos, a Sra. Ludiane, Supervisora, e o Procurador de Justiça do MPSP Dr. Sérgio Sobrane, como Coordenador de Banca Examinadora. **PAUTA DA REUNIÃO:** Apresentação de sugestões sobre a organização e distribuição das questões das provas objetivas pelo Dr. Sérgio Sobrane, Coordenador de Banca Examinadora, e pelos membros da Comissão de Concurso. A reunião teve início com os cumprimentos e saudações do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Danilo José de Castro Ferreira, Presidente da Comissão de Concurso, oportunidade em que expressou a necessidade de serem selecionados Promotores de Justiça com foco na prática e resolutividade dos problemas enfrentados pela população local. Em seguida, o Procurador de Justiça Dr. José Antonio de Oliveira Bents solicitou informações acerca da sistemática dos trabalhos visando a contribuição, mediante sugestões, por parte dos membros da Comissão do Concurso. Em resposta, o Coordenador informou que será seguido o padrão adotado pelo Instituto AOCP, conforme experiência adquirida em outros certames, inclusive do Ministério Público, nos quais foram obtidos resultados satisfatórios. Noutro ponto, acerca da distribuição das questões, o Dr. Sérgio Sobrane, Coordenador da Banca Examinadora, informou que a prova preambular possuirá 4 (quatro) blocos de disciplinas, contendo 25 (vinte e cinco) questões por grupo. Em sede complementar, o Procurador de Justiça Dr. José Antonio Oliveira Bents ressaltou a importância da seleção de Promotores de Justiça vocacionados, que possuam sensibilidade social para o enfrentamento das dificuldades da realidade local e, destarte, se sintam motivados a promover ações ministeriais relevantes em prol da sociedade. Na sequência, o Procurador de Justiça Dr. Francisco das Chagas



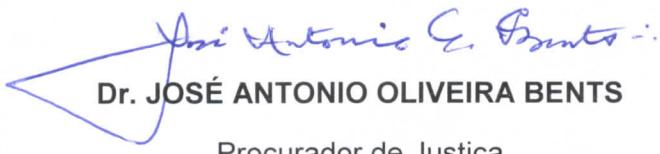
Barros de Sousa enfatizou a importância de se ter mais Promotores de Justiça com uma visão voltada à política de resultados, ou seja, uma justiça resolutiva, com destaque para a composição em contraposição à judicialização, em prol da celeridade e da eficácia das demandas. Após, o Dr. Pedro Eduardo Ribeiro de Carvalho, representante da OAB/MA e membro titular da Comissão, se reportando às suas experiências no interior do Estado, registrou que o desejo da população maranhense é ver um Ministério Público cada vez mais atuante, notadamente com a adoção de medidas pertinentes a coibir a corrupção que grassa nas administrações municipais. A seguir, o Promotor de Justiça Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos, membro auxiliar da Comissão, mencionou a necessidade de serem selecionados Promotores de Justiça que se preocupem com os inúmeros problemas enfrentados por uma população carente, haja vista as características do Estado do Maranhão, possuidor de áreas desenvolvidas, mas de outras, na sua maioria, de grandes dificuldades sociais. Em continuidade, o Promotor de Justiça Dr. Claudio Luiz Frazão Ribeiro, membro auxiliar da Comissão, sugeriu objetividade na distribuição das questões por bloco de disciplina. Logo após, se passou à discussão sobre a estrutura e organização das provas, bem como acerca do programa do certame. Em continuidade, o Promotor de Justiça Dr. Reginaldo Júnior Carvalho, membro auxiliar e secretário da Comissão, acusou o recebimento de e-mail encaminhado pelo Instituto AOCP, comunicando a necessidade de adequações no conteúdo programático, e registrou, em face disso, a sua preocupação com mudanças no cronograma do concurso. Em resposta, a Sra. Mayra Bassi, gestora do concurso pelo Instituto AOCP, disse que, como ainda se encontra em aberto o período de inscrições, será feita apenas uma errata abarcando os erros materiais verificados. Demais disso, a respeito do recebimento de uma impugnação ao Edital, encaminhada, via e-mail, pelo citado Instituto, os membros da Comissão informaram que a referida impugnação tem que seguir o seu trâmite regular, nos termos estabelecidos pelo Edital do concurso. Ao fim e ao cabo da reunião, após as discussões levadas a efeito, deliberou-se o seguinte: **1. Quanto à organização das provas:** **Grupo I:** Direito Constitucional (08 questões), Direito Administrativo (07 questões), Organização do Ministério Público (06 questões) e Organização Judiciária do Estado do Maranhão (04 questões); **Grupo II:** Direito Civil (09 questões), Direito Processual Civil (08 questões) e Direito Tributário (08 questões); **Grupo III:** Direito Penal (10 questões), Direito Processual Penal (10 questões) e Direito Eleitoral (05 questões); e **Grupo IV:** Direito Transindividuais e Direitos Humanos (25 questões, distribuídas proporcionalmente entre os subgrupos); **2. Quanto à correção de erros materiais no programa:** elaboração de errata, com a devida publicação, visando a adequação do conteúdo programático; e **3. Quanto às eventuais impugnações:** observância rigorosa das regras constantes do Edital do Concurso. Assim, para constar, foi lavrada a presente Ata que, depois de encaminhada, lida e aprovada, vai assinada por todos os membros da Comissão e por mim, Dr. Reginaldo Júnior Carvalho, Promotor de Justiça, membro auxiliar e Secretário da Comissão de Concurso para Ingresso na Carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, que a digitei.

São Luís/MA, data do sistema

  
**Dr. DANILÓ JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**

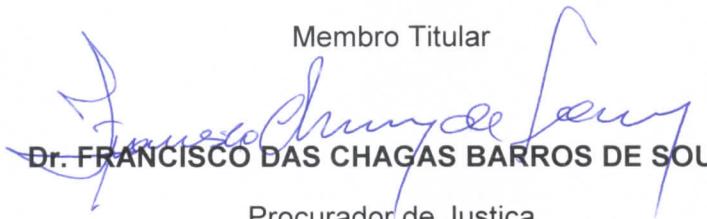
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Presidente da Comissão

  
**Dr. JOSÉ ANTONIO OLIVEIRA BENTS**

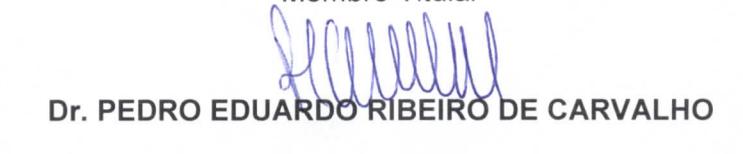
Procurador de Justiça

Membro Titular

  
**Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA**

Procurador de Justiça

Membro Titular

  
**Dr. PEDRO EDUARDO RIBEIRO DE CARVALHO**

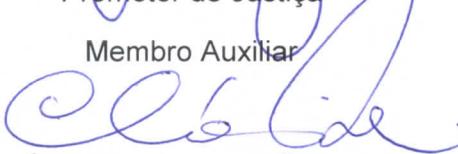
Advogado / Representante da OAB-MA

Membro Titular

  
**Dr. PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS**

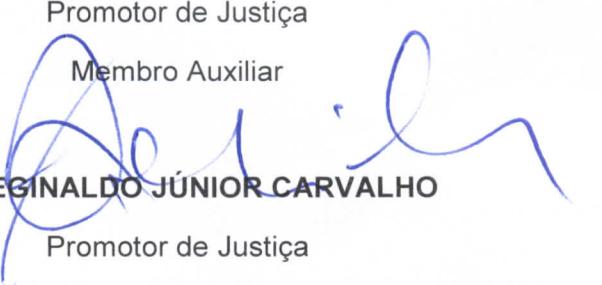
Promotor de Justiça

Membro Auxiliar

  
**Dr. CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO**

Promotor de Justiça

Membro Auxiliar

  
**Dr. REGINALDO JÚNIOR CARVALHO**

Promotor de Justiça

Membro Auxiliar e Secretário da Comissão